Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa n° 12 às demonstrações financeiras, a Companhia ajustou o saldo do passivo diferido de PIS/COFINS, durante o exercício de 2024, no montante de R$38.480 mil a débito do saldo do passivo diferido. Por se tratar de um efeito relativo a exercícios anteriores, a contrapartida foi registrada a crédito do patrimônio líquido. Consequentemente, a apresentação deste efeito nos valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, bem como na mutação do patrimônio líquido, não atendeu os requerimentos do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, uma vez que a Companhia não procedeu à reapresentação dos saldos de exercícos anteriores.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo contratual, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo da concessão da Companhia é de R$857.784 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Por se tratar de um contrato de longo prazo, onde a Administração utiliza critérios e premissas relevantes, complexas e com certo grau de subjetividade na determinação da taxa implícita para mensuração do ativo de contrato no começo da concessão e devido à relevância dos valores para as demonstrações financeiras e para os acionistas da Companhia, os procedimentos de auditoria sobre o ativo de contrato demandam o foco da auditoria na avaliação das informações e cálculos. Desta forma, consideramos o tema como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a revisão das informações utilizadas como base para o cálculo do ativo e da receita de contrato; (ii) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação da taxa implícita aplicada no fluxos de recebimento futuro; (iv) recálculo da remuneração financeira dos ativos da concessão, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; (v) confronto dos valores da Receita Anual Permitida – RAP homologados e vigentes com os controles de movimentação e atualização do ativo contratual da Companhia; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras; e (vii) avaliação dos valores indenizáveis ao final do contrato de concessão.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes nos saldos do ativo de contrato, que foram corrigidos pela Administração, bem como as correspondentes deficiências de controles internos. Em razão disso, alteramos a natureza, época e extensão dos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo da concessão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

Ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 3 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir correção de erro de divulgação descrito na referida nota explicativa. Em 31 de março de 2025 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras, que ora estão sendo reapresentadas. Esse relatório de auditoria, emitido nessa data, considera a reapresentação e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 25 de março de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

2025SP040464

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.851	60.787
Aplicação financeira	7	40.987	118.826
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		21.211	13.689
Serviços Pedidos		3.490	6.925
Ativos da concessão - ativo de contrato	8	117.727	125.373
Impostos a recuperar		12.861	14.874
Adiantamentos a fornecedores		6.799	770
Depósitos judiciais		260	244
Outros créditos a receber		407	328
Total do ativo circulante		207.593	341.816
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		32	32
Imobilizado		242	-
Ativos de contrato	8	740.057	749.970
Total do ativo não circulante		740.331	750.002
TOTAL DO ATIVO		947.924	1.091.818

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	5.443	2.194
Debêntures	10	56.387	306.744
Impostos e contribuições a recolher		1.659	4.206
PIS e COFINS diferidos	12	-	9.559
Encargos setoriais		8.394	10.197
Dividendos a pagar	14	2.154	2.943
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		544	1.093
Outros passivos circulantes		657	2.616
Total do passivo circulante		75.238	339.552
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	10	334.458	193.427
PIS e COFINS diferidos	12	79.345	109.132
Imposto de renda e contribuições social diferidos	11	137.975	138.852
Encargos setoriais		266	-
Provisão para Riscos	13	21	-
Outros passivos não circulantes		9.329	10.152
Total do passivo não circulante		561.394	451.563
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14		
Capital social		143.790	143.790
Reserva legal		2.493	1.952
Reservas de lucros		76.734	68.353
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		10.820	9.154
Reserva de investimentos		77.455	77.454
Total do patrimônio líquido		311.292	300.703
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		947.924	1.091.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
RECEITA DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E OUTRAS, LÍQUIDAS	15	12.256	268
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	15	80.646	135.653
Receita operacional líquida	15	92.902	135.921
Custo dos serviços prestados	16	(35.795)	(11.352)
LUCRO BRUTO		57.107	124.569
Despesas gerais e administrativas	16	(3.678)	(2.413)
Outras Despesas operacionais		(23)	(1.929)
Total de despesas operacionais		(3.701)	(4.342)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		53.406	120.227
Receitas financeiras	17	11.465	27.075
Despesas financeiras	17	(52.817)	(77.990)
Resultado financeiro		(41.352)	(50.915)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		12.054	69.312
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(2.110)	(11.924)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	878	(9.187)
Impostos sobre o lucro		(1.232)	(21.111)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		10.822	48.201
Lucro por lote de mil ações		63,65	283,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.822	48.201
TOTAL RESULTADOS ABRANGENTES	10.822	48.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Incentivos fiscais	Reserva para investimentos e expansão	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Reserva de lucros a realizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		22.756	4.339	70.924	116.695	40.731	-	-	255.445
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	48.201	48.201
Constituição da reserva de incentivo fiscal		-	-	-	9.154	-	-	(9.154)	-
Constituição da reserva legal		-	1.952	-	-	-	-	(1.952)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(371)	(371)
Realização de lucros a realizar		-	-	(2.572)	-	-	-	-	(2.572)
Constituição de reserva para investimentos e expansão		-	-	-	-	36.724	-	(36.724)	-
Aumento de capital		121.034	(4.339)	-	(116.695)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		143.790	1.952	68.352	9.154	77.455	-	-	300.703
Outros ajustes		-	-	-	-	-	-	38.480	38.480
Lucro liquido do execício		-	-	-	-	-	-	10.822	10.822
Constituição da reserva legal		-	541	-	-	-	-	(541)	-
Constituição da reserva de incentivo fiscal		-	-	-	1.666	-	-	(1.666)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2.154)	(2.154)
Realização de reserva de lucros		-	-	(36.559)	-	-	36.559	-	-
Pagamento de Dividendos		-	-	-	-	-	(36.559)	-	(36.559)
Transferência para reserva de lucros		-	-	44.941	-	-	-	(44.941)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		143.790	2.493	76.734	10.820	77.455	-	-	311.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - INTESA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		10.822	48.201
Ajuste para:			
Outros		1	6
Remuneração dos ativos de contrato	8	(86.749)	(158.461)
PIS e COFINS diferidos		(866)	5.960
Encargos de dívidas e juros	10	49.916	68.242
Rendimentos de aplicações financeiras		(11.668)	(28.322)
Amortização do custo de captação de empréstimos e financiamentos	10	498	-
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	11	2.110	11.924
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	11	(878)	9.187
Provisão para riscos	13	21	-
		(36.793)	(43.263)
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(7.522)	6.406
Impostos e contribuições a recuperar		2.013	(11)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	(2.862)
Recebimento da Receita Anual Permitida - RAP (líquida de O&M/impostos)		104.308	178.906
Adiantamento a fornecedores		(6.029)	133
Depósitos judiciais		(16)	-
Outros créditos a receber		3.356	1.395
Serviços pedidos		-	80
Fornecedores	9	3.249	(28.135)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		(549)	176
Participações nos lucros		-	(32)
Incentivos fiscais		(823)	(682)
Impostos e contribuições a recolher		(2.547)	(501)
Impostos e contribuição sobre o lucro a recolher		(126)	(930)
Encargos setoriais		(1.537)	2.032
Outras contas a pagar		(1.959)	1.387
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		91.818	157.362
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.984)	(18.566)
Juros pagos de debêntures	10	(48.954)	(64.151)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		4.087	31.382
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		89.507	26.755
Aquisição Imobilizado		(242)	222
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		89.265	26.977
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal das debêntures	10	(110.786)	-
Pagamento de dividendos	14	(39.502)	(52.314)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(150.288)	(52.314)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(56.936)	6.045
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		60.787	54.742
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		3.851	60.787
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO EXERCÍCIO		(56.936)	6.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Integração Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "INTESA"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de dezembro de 2005, é controlada pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), e tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 01/2005 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

(a) LT Colinas - Miracema, 500kV, circuito simples - 173km.

(b) LT Miracema - Gurupi 500kV, circuito simples - 255 km.

(c) LT Gurupi - Peixe 2, 500kV, circuito simples - 72 km.

(d) LT Peixe 2 - Serra da Mesa 2, 500 kV, circuito simples - 195 km.

(e) Subestações Peixe 2 e Serra 2.

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão da Companhia são:

Número	Anos	Prazo	RAP 24/25	Índice Correção
002/2006	30	04/2036	R$117.524	IPCA

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP, que será atualizada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP da Companhia é de R$ 117.524 conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024.

A Receita Anual Permitida (RAP) é composta pelas remunerações das instalações objeto do Contrato de Concessão (citadas acima), e pelas instalações objeto de autorizações (reforços ou melhorias autorizadas pela ANEEL), conforme relação abaixo:

- REA nº 5.906/2016 - Substituição do banco de capacitores da subestação (SE) Peixe II.
- REA nº 6.259/2017 - Substituição do banco de capacitores da SE Miracema e Gurupi, e instalação reator de barra monofásico da SE Miracema.
- REA nº 7.761/2019 - Aquisição e instalação de dois conjuntos de baterias/retificadores de 48VCC independentes entre si para o sistema de Telecomunicações da SE Gurupi, Peixe 2 e Serra da Mesa 2, e chaveamento automático do banco de reatores de barra - RT8 da SE Miracema.

Conforme contrato de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial (ciclo 2023/2024), a RAP sofreu uma redução de 50%.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Companhia ocorreu por meio da REH 3.343 (vigente a partir de 1º de julho de 2024), reajustou a RAP em -3,80%.

1.1. Alteração do controle societário - compra e venda de ações

Em 1º de novembro de 2023, foi divulgado ao mercado que, conforme aprovado em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia S.A. (Vendedora) em 30 de outubro de 2023, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de ações entre a Vendedora e a IEB (Compradora), com interveniência e anuência da "Caisse de Dépot et Placement du Québec" (CDPQ), por meio do qual as partes acordaram, dentre outras matérias, a aquisição de 100% das ações representativas do capital social da INTESA.

Em 21 de março de 2024, a Vendedora e a Compradora efetivaram o fechamento da operação, resultando na aquisição, pela Compradora, de 100% do capital social votante da Companhia.

1.2. CONTRATO DE CONCESSÃO

O Contrato de Concessão nº 02/2006 assinado entre a ANEEL e a Companhia, em 27 de abril de 2006, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O Contrato de Concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 26 de abril de 2036, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1108/2012, com validade de 08 anos contados a partir de sua assinatura, tendo sido sua renovação requerida dentro do prazo mínimo estabelecido de 120 dias, antes do término da sua validade. O protocolo foi realizado na data de 27 de junho 2020, através da carta Intesa / Bsb / 052/2020. A licença de operação continua válida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as IFRS *Accounting Standards,* emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada em 29 de abril de 2025 pela Administração, e serão deliberadas em Assembleia Geral Ordinária até 30 de abril de 2025.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo da concessão - Ativo de contrato: mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

   O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é usualmente estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia quanto à determinação da parcela mensal da RAP e parcela variável que deve remunerar a infraestrutura.

b) Contrato de concessão: a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

   A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelos investimentos não amortizados, considerando-se as taxas de depreciação e amortização da ANEEL, estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado regulatório.

c) Provisão para riscos

As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

2.4. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos pelos valores a receber de RAP faturadas conta os agentes concessionários e permissionários. O contas a receber de concessionárias e permissionárias se refere aos valores a receber decorrentes do contrato de concessão de serviços, correspondentes às obrigações de performance de (i) operação e manutenção e (ii) construção da linha de transmissão. Em relação à esta última obrigação, mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente àquele mês, torna-se um ativo financeiro e é transferida para o Contas a Receber, uma vez que apenas a passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

c) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se, principalmente, às obrigações frente à empresa responsável pela construção do projeto e seus subcontratados.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas correspondente ao valor da fatura.

d) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumidas, resultantes de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data base do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após doze meses.

f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda e contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com apuração efetuada em regime fiscal para Lucro Real de incidência cumulativa, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

g) Programas de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

h) Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro básico e o diluído por ação são iguais.

i) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Compreendem principalmente as seguintes atividades:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo da concessão (ativo de contrato). Esta receita é o produto da multiplicação da taxa implícita do projeto pelo saldo do ativo de contrato. À taxa implícita do projeto de 9,93% ao ano (0,79% ao mês), adiciona-se a inflação mensal incorrida, medida pelo índice IPCA, que reflete a correção monetária do ativo de contrato.

- Receita de operação e manutenção: Inicia-se a partir da entrada em operação e é reconhecida pelo valor justo em contrapartida ao contas a receber e de maneira suficiente para cobrir os custos operacionais.

j) Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9, Instrumentos Financeiros, descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Como regra geral, ativos e passivos financeiros devem ser mensurados inicialmente ao seu valor justo.

A mensuração subsequente dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios aplicável a eles e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. Dependendo dessas características, o ativo financeiro deve ser mensurado:

- Ao custo amortizado, pelo qual a receita do instrumento é calculada pelo método da taxa de juros efetivo. Enquadram-se nessa categoria os ativos financeiros que se pretenda manter para auferir fluxos de caixa provenientes exclusivamente de pagamentos de principal e juros.

- Ao valor justo, com atualizações registradas em outros resultados abrangentes. Nessa categoria estão ativos financeiros com fluxos de caixa também exclusivamente de capital e juros, mas que possam ser vendidos antes do vencimento.

- Ao valor justo, com atualizações registradas no resultado corrente, se não se qualificar em qualquer das categorias anteriores.

Como regra geral, após o reconhecimento inicial os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. São exceções, entre outros, os passivos com valor de liquidação flutuante, derivativos e a contraprestação contingente em uma aquisição de negócios, que devem ser mensurados ao valor justo, com as alterações reconhecidas no resultado.

Abaixo apresentamos as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros da Companhia.

<u>Ativos financeiros</u>

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”)

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Todos os instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (“VJR”) estão demonstrados na nota explicativa 18.

(ii) Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

Mensuração de ativos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados no resultado. Os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados no resultado nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem.

Passivos financeiros

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR")

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras nessa classificação.

(ii) Custo amortizado

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e encargos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia identificou uma inconsistência no cálculo do índice de covenants divulgados anteriormente. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas em conformidade com CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). Os efeitos de tais retificações mencionadas acima foram refletidas nas demonstrações financeiras. A seguir são apresentados os efeitos nas divulgações:

Originalmente divulgado:

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de vigência poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia e os indicadores obtidos em 31 de dezembro de 2024:

Covenants debêntures	1ª e 2ª Emissões
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado:	4,4

O indicador acima obedece fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA ajustado, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. A apuração dos covenants é realizada de forma trimestral e deve ser menor ou igual a 4,5. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

Reapresentado:

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de vigência poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia e os indicadores obtidos em 31 de dezembro de 2024:

Covenants debêntures	1ª e 2ª Emissões
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado:	4,9

O indicador acima obedece fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA ajustado, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. A apuração dos covenants é realizada de forma trimestral e deve ser inferior a 4,5. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não esteve dentro do limite estipulado nos contratos. As Escrituras das Debêntures determinam que o não atingimento por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres intercalados configura um evento vencimento antecipado não automático que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. Neste contexto, na data base destas demonstrações financeiras, não há evento de default dos referidos contratos.

Até a data da reapresentação dessas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não havia finalizado o cálculo e a correspodnente análise do índice financeiro referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

4. ADOÇÃO ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

4.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) – Investimento em Coligadas, em Controladas e em Empreendimento em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
IFRS 18	Apresentaçã e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01.01.2028

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo da concessão (ativo de contrato) e o contas a receber de concessionárias e permissionárias, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do Sistema Interligado de Nacional (“SIN”) de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui- se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da Companhia.

c) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

Indicadores	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Ativo				
CDI/Selic	10,83%	15,00%	18,75%	22,50%
Caixa e Equivalentes	3.852	578	722	867

Indicadores	Exposição Realizado (i)	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%
Passivo				
IPCA	4,83%	5,50%	6,88%	8,25%
Debêntures	390.845	(21.496)	(26.871)	(32.245)
Despesa líquida das variações		(20.918)	(26.149)	(31.378)

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 24 de janeiro de 2025.

d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que a concessionária deve respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1.470	451
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário - CDB (a)	2.381	60.336
Total	3.851	60.787

(a) Os saldos de equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e a aplicações em fundos de CDB's em instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R3).

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 97% a.a. do CDI (102,93% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Circulante	2024	2023
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	525
Cotas de fundos de investimento	-	118.301
Fundo aberto	40.987	-
Total	40.987	118.826

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos públicos e operações compromissadas. Em 2024 a rentabilidade do fundo foi de 99% do CDI e parte dos valores depositados nos fundos de investimentos foram resgatados para pagamento das debêntures 2024 - vide Nota Explicativa nº 8.

8. ATIVOS DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47 - Receita de contratos com clientes, o direito à contraprestação pelos serviços de implementação (construção) da estrutura de transmissão já executados, mas atrelados(por força do contrato de concessão) aos serviços de operação e manutenção, e que ainda não tenham sido prestados, é reconhecido como ativo de contrato.

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura acima referidos, bem como os valores a receber decorrentes da receita de remuneração de tais ativos, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

O ativo financeiro relacionado a um contrato de concessão deve ser reconhecido quando, ou à medida que, há o direito incondicional de receber caixa, o que se dará somente se a passagem do tempo for exigida antes que o pagamento dessa contraprestação seja devida. Desta forma, o Ativo de Contrato passa a ser um Ativo Financeiro à medida que o serviço de Operação e Manutenção é prestado, mensalmente.

Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Saldos Iniciais	875.343	895.788
Receita de remuneração do ativo de contrato	86.749	158.461
Realização do ativo de concessão (RAP líquida de O&M)	(104.308)	(178.906)
Saldo Final	857.784	875.343
Circulante	117.727	125.373
Não Circulante	740.057	749.970
Saldo Total	857.784	875.343

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e serviços (a)	5.443	1.955
Partes relacionadas	-	4
Encargos de uso da rede elétrica	-	235
Total	5.443	2.194

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados para manutenção das instalações de transmissão.

10. DEBÊNTURES (REAPRESENTADO)

10.1. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56.998	482.922	539.920
Encargos	67.496	-	67.496
Transferência	289.495	(289.495)	-
Amortização	(43.840)	-	(43.840)
Pagamento de juros	(64.151)	-	(64.151)
Custo de captação	746	-	746
Saldo em 31 de dezembro de 2023	306.744	193.427	500.171
Encargos	49.916	-	49.916
Transferência (a)	(141.031)	141.031	-
Amortização (a)	(110.786)	-	(110.786)
Pagamento de juros	(48.954)	-	(48.954)
Custo de captação (b)	498	-	498
Saldo em 31 de dezembro de 2024	56.387	334.458	390.845

(a) Em 13 de março de 2024, foi firmado o Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, onde ficou determinado o que segue:

(i) R$65.000 foram amortizados em 01 de abril de 2024, conforme quadro acima, e;

(ii) O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 3 (três) parcelas, sendo a primeira amortização em 29 de março de 2027, a segunda amortização em 29 de março de 2028 e a última amortização na Data de Vencimento da 1ª Série, em 29 de março de 2029, e corrigido por CDI + 1,30%.

(b) Refere-se à amortização do custo de transação/captação.

10.2. Características das debêntures

							2024		
Emissão	Característica das debêntures	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(2)/(3)/(4)	1ª	100.000	IPCA + 5,42% a.a.	nov/18	out/25	46.819	-	46.819
2ª	(1)/(2)/(3)	1ª	250.000	CDI + 1,30% a.a.	mar/19	mar/29	5.407	184.523	189.930
2ª	(1)/(2)/(3)	2ª	150.000	CDI + 1,10% a.a.	mar/19	mar/26	4.161	149.935	154.096
							56.387	334.458	390.845

Características das Debêntures

(1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie Quirografária
(4) Debêntures Incentivadas

A totalidade dos recursos obtidos da 1ª Emissão foram aplicados no custeio das despesas relativas ao aumento da capacidade dos Bancos de Capacitores Série da interligação Norte-Sul, de forma a eliminar a restrição de transferência de energia dos submercados Norte/Nordeste para o submercado Sudeste/Centro-Oeste. Já a totalidade dos recursos da 2ª Emissão foi destinada ao pré-pagamento da 2ª Série da 1ª Emissão de debêntures e gestão ordinária dos negócios da Companhia.

10.3. Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2024	
Vencimento	Valor	%
Circulante	56.387	14%
2026	150.000	38%
2027	61.667	16%
2028	61.667	16%
Após 2028	61.666	16%
Subtotal	335.000	86%
Custo de captação (não circulante)	(542)	0%
Não circulante	334.458	86%
Total	390.845	100%

10.4. Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem covenants não financeiros e financeiros cujo não cumprimento durante o período de vigência poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia e os indicadores obtidos em 31 de dezembro de 2024:

Covenants debêntures	1ª e 2ª Emissões
1ª Dívida líquida/EBITDA ajustado:	4,9

O indicador acima obedece fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA ajustado, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. A apuração dos covenants é realizada de forma trimestral e deve ser inferior a 4,5. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não esteve dentro do limite estipulado nos contratos. As Escrituras das Debêntures determinam que o não atingimento por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres intercalados configura um evento vencimento antecipado não automático que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. Neste contexto, na data base destas demonstrações financeiras, não há evento de default dos referidos contratos.

Até a data da reapresentação dessas demonstrações financeiras, a Companhia ainda não havia finalizado o cálculo e a correspodnente análise do índice financeiro referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

11.1. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	138.852
Receita de remuneração do ativo de contrato	86.749
(-) Receita ajustada para imposto diferido (a)	(89.331)
Base de cálculo do imposto diferido	(2.582)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%
Valores de IRPJ e CSLL em 2024	(878)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	137.975

(a) Valor apurado através do cálculo descrito na Instrução Normativa 1700, art. 168 da seguinte forma:

Valor total da receita financeira no fluxo do ativo de contrato (i)	2.742.874
RAP Recebida no ano (ii)	121.910
Valor total a receber do contrato (iii)	3.743.177
Cálculo do % (ii)/(iii)	3,26%
Receita a ser tributada (i)*(ii)/(iii)	89.331

11.2. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está demonstrada conforme a seguir:

	2024	2023
	IR /CS	IR /CS
Lucro antes do IR e CSLL	12.054	69.312
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Valores esperados	4.098	23.566
IRPJ e CSLL anos anteriores	315	8.279
Incentivo Fiscal SUDAM	(1.666)	(9.154)
Outros	(1.515)	(1.580)
IR E CSLL efetiva	1.232	21.111
Taxa Efetiva	10,23%	30,46%

12. PIS E COFINS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a movimentação dos saldos de PIS e COFINS diferidos estão apresentados da seguinte forma:

	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	112.732
Contrato de concessão (Amortização RAP)	(8.699)
Receita sobre Ativos Financeiros	14.658
Saldos em 31 de dezembro de 2023	118.691
Saldos em 31 de dezembro de 2023	118.691
Contrato de concessão (Amortização RAP)	(8.890)
Receita sobre Ativos Financeiros	8.024
Regularização Pis/Cofins Diferidos conforme saldo do ativo de contrato (a)	(38.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	79.345

(a) A Companhia identificou uma inconsistência no cálculo dos valores de PIS/COFINS diferidos passivos, a qual resultou em um ajuste de R$38.480, registrado diretamente a crédito no patrimônio líquido, por não estar relacionado às operações do período findo em 31 de dezembro de 2024.

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais.

Há uma provisão constituída, no valor de R$ 21, referente a 1 processo de servidão cujo risco de perda é provável:

	2024	2023
Cível	21	-
Total	21	-

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso como possíveis, com valores atualizados com base em 31 de dezembro de 2024 conforme dados apresentados na tabela abaixo:

	2024	2023
Cível	191	-
Trabalhista	16	35
Fiscal	103	96
Ambiental	-	9.286
Total	310	9.417

13.1. Cíveis

Existe uma contingência cível, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, para as quais não foi constituída provisão, no valor de R$191 referente a 01 (um) processo de servidão administrativa.

13.2. Trabalhistas

Existe uma contingência trabalhista, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor total atualizado de R$16, para as quais não foi constituída provisão.

13.3. Fiscais

Existe uma contingência fiscal, cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, no valor atualizado de R$103 para as quais não foi constituída provisão, que discute a exigência de multa por atraso no pagamento de IRPJ e CSLL.

13.4. Ambiental

Ação Civil Pública que trata do descumprimento da condicionante 2.7 na Licença de Instalação nº 443/2007 expedida pelo IBAMA. No processo em questão, foi proferida a sentença de extinção, e a provisão foi alterada para risco remoto. O Ministério Público interpôs recurso de apelação e, até que haja uma decisão sobre o recurso, o risco envolvido permanece remoto.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R$143.790, e está representado por 170.000.000 ações ordinárias de R$ 0,85 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia em 2024 era:

Acionistas	2024
Infraestrutura e Energia Brasil S.A.	143.790
Total	143.790

Em 31 de dezembro de 2024, o capital está representado por 170.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia Brasil S.A.
Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

No exercício de 2024 foram declarados e provisionados, reserva legal (5% do Lucro Líquido) e os dividendos mínimos obrigatórios (25% do Lucro Líquido), conforme previsto no estatuto da companhia. O saldo restante foi contabilizado na reserva de lucros conforme demonstrado a

Acionistas	2024
Infraestrutura e Energia Brasil S.A.	143.790
Total	143.790

	2024
Lucro líquido do exercício	10.822
(-) Reserva legal - 5%	(541)
(-) Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	(1.666)
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório - 25%	8.615
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	(2.154)
Outros ajustes (a)	38.480
(-) Alocação para Reservas de Lucros a Realizar	(44.941)

(a) A Companhia identificou uma inconsistência no cálculo dos valores de PIS/COFINS diferidos passivos, a qual resultou em um ajuste de R$38.480, registrado diretamente a crédito no patrimônio líquido, por não estar relacionado às operações do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Em 2024, a Companhia pagou dividendos no valor de R$ 39.500 com base nas seguintes fontes:

(i) R$ 2.943 dos dividendos mínimos obrigatórios oriundos do resultado de 2023, e

(ii) R$ 36.559 da reserva de lucros.

14.2. Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	10.821	48.201
Quantidade de ações	170.000	170.000
Lucro por lote de mil ações	63,65	283,54

14.3. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração contava com três membros no Conselho da Administração e cinco membros na Diretoria Executiva, que foram remunerados pela antiga controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhadas com as controladas. A remuneração efetuada até o dia 20 de março de 2024, totalizou R$7 mil (R$197 mil em 31 de dezembro de 2023).

A partir do dia 21 de março de 2024, após a efetivação da compra da Companhia pela IEB, não houve remuneração da administração, que passou a ser remunerada diretamente pelos controladores.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de operação, manutenção e outras, líquidas		
Receita de Operação e Manutenção	17.601	4.884
Outras receitas (a)	6.666	3.475
	24.267	8.359
Deduções		
PIS/COFINS corrente	(5.824)	(758)
ISS	(16)	(16)
Encargos do consumidor (b)	(6.171)	(7.317)
	(12.011)	(8.091)
Receita de operação, manutenção e outras, líquidas	12.256	268
Receita de remuneração de ativo de contrato (c)		
Remuneração de ativos de contrato	86.749	158.461
PIS/COFINS corrente	-	(14.364)
PIS/COFINS diferidos	(6.103)	(8.444)
Receita de remuneração de ativo de contrato, líquidas	80.646	135.653
Receita operacional líquida	92.902	135.921

(a) Contrato de Conexão às Instalações do Sistema de Transmissão (CCT) com a Enerpeixe S.A. assinados pelas partes em 2008, cuja responsabilidade da operação e manutenção das instalações de conexão é da usuária, durante toda a vigência do contrato.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

(c) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato.

16. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Custos operacionais	2024	2023
Pessoal	(3.367)	(4.729)
Material	(916)	(821)
Serviços de terceiros (a)	(31.345)	(5.657)
Arrendamento e aluguéis	(166)	(139)
Outros	(1)	(6)
Total	(35.795)	(11.352)

Despesas gerais e administrativas	2024	2023
Pessoal	(476)	(1.090)
Serviços de terceiros	(2.209)	(1.039)
Arrendamento e aluguéis	(2)	(6)
Outros	(991)	(278)
Total	(3.678)	(2.413)

(a) A variação no período é decorrente principalmente dos (i) reparos das torres, (ii) aquisição de disjuntores, e (iii) investimentos no Sistema Especial de Proteção (SEP) ocorridos em 2024.

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2024	2023
Rendimento de aplicações financeiras	11.668	28.322
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(559)	(1.267)
Outras receitas financeiras	356	20
Total de receitas financeiras	11.465	27.075
Encargos da dívida	(49.916)	(67.496)
Outras despesas financeiras	(2.901)	(10.494)
Total de despesas financeiras	(52.817)	(77.990)
Saldo Final	(41.352)	(50.915)

18. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia é beneficiaria das seguintes apólices de seguro:

	Vigência	Limite máx. indenizável
Responsabilidade Civil (*)	20.12.2024 a 20.12.2025	50.000
Riscos operacionais (*)	20.03.2025 a 20.03.2026	159.965

(*) Estas apólices cobrem as coligadas da Companhia.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e debêntures, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou de câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA ajustado.

19.2. Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.3. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão identificados conforme a seguir:

			2024		2023	
Ativo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1	Custo amortizado	3.851	3.851	60.787	60.787
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	40.987	40.987	118.826	118.826
Contas a receber de clientes	1	Custo amortizado	21.211	21.211	13.689	13.689
Total do ativo			66.049	66.049	193.302	193.302

			2024		2023	
Passivo	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	1	Custo amortizado	5.443	5.443	2.194	2.194
Debêntures	1	Custo amortizado	390.845	396.052	500.171	499.240
Total do passivo			396.288	480.868	502.365	501.434

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais.

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos de investimento onde os vencimentos limitam-se a dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 S.A.

19.4. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos dias 16.01.2025 e 17.01.2025, foi detectado o desligamento automático da (i) LT 500kV Gurupi – Miracema, e (ii) LT 500kV COLINAS – MIRACEMA C3, respectivamente, com registro de falha na tentativa de religamento automático. Logo após o desligamento, foi constatado que 9 (nove) estruturas foram danificadas, sendo elas T187, T188 e T189 da LT 500kV COLINAS – MIRACEMA C3 e T73, T74, T75 T76, T77 e T78 da LT 500kV MIRACEMA – GURUPI C3. A Companhia investiu R$6,5 milhões na recuperação de referidas estruturas, que voltaram a operar normalmente em (i) 27.01.2025 e (ii) 21.01.2025. Em 24 de março de 2025, a Companhia obteve liminar favorável à suspensão de aplicação de desconto na RAP, pela indisponibilidade das estruturas acima mencionadas.